

Resumo: Num contexto global da Sociedade de Informação em que a Internet se configura como uma ferramenta primordial de contacto e aproximação a um universo cada vez mais global de utilizadores importa perceber, num primeiro ponto, como é que os serviços de arquivo municipais fazem uso desta ferramenta no apoio às funções de acesso e difusão da informação arquivística. Paralelamente, o desenvolvimento da Web Social veio potenciar um novo conjunto de possibilidades alicerçadas no aproveitamento da inteligência coletiva. Esta realidade constitui um segundo substrato de análise, sobretudo associado à difusão da informação. Procura-se, assim, responder à pergunta: a Internet e a Web 2.0 são usadas pelos arquivos municipais portugueses para promover o acesso e a difusão da informação arquivística?

Palavras-chave: Web 2.0; Arquivos 2.0; Acesso; Difusão

Abstract: In a global context of Information Society where the Internet as a primordial function as a tool for a more global set of researchers it's important to understand, in a first glance, how do the Portuguese municipal archives use Internet to promote access and the outreach for archival information. At the same time, the development of Social Web allows a new set of possibilities making use of collective intelligence. This is a second point of analyses associated with information outreach. Therefore, we aim to answer the question: do Internet and the Social Web are used by Portuguese municipal archives to promote access and outreach for archival information?

Keywords: Web 2.0; Archives 2.0; Access; Outreach

Introdução

Os arquivos municipais portugueses configuram-se como serviços das câmaras municipais que têm como funções: a gestão da documentação/informação produzida e recebida no âmbito das atividades das edilidades, a conservação e preservação de documentação/informação de conservação permanente do organismo por que são tutelados, e a incorporação e salvaguarda de arquivos extintos de proveniência diversa (públicos e privados, de entidades coletivas e singulares, religiosas e associativas, pessoais e familiares). Enquanto serviços das câmaras municipais, têm como funções primordiais, também, facilitar o acesso e contribuir para a comunicação e difusão da documentação/informação arquivística de que são responsáveis e pela qual são responsabilizados. A escolha desta tipologia de arquivos, para a realização do presente trabalho, prende-se com o facto de serem serviços de organismos públicos, as câmaras municipais, que são entidades que estão, à partida, mais próximas dos cidadãos.

Num contexto global da Sociedade de Informação em que a Internet se configura como uma ferramenta primordial de contacto e aproximação a um universo cada vez mais global de utilizadores importa perceber, num primeiro ponto, como é que os serviços de arquivo municipais fazem uso desta ferramenta no apoio às funções de acesso e difusão da informação arquivística. O objetivo principal deste trabalho é perceber como é que os arquivos municipais portugueses se adaptaram a esta realidade virtual e que uso fazem da

Internet no acesso e disponibilização da documentação/informação que produzem no exercício da sua atividade e que conservam, tornando possível “el acceso global al conocimiento local” (CERDÁ DÍAS, 2009:30).

Por outro lado, o desenvolvimento de ferramentas colaborativas no que se designa por Web 2.0 veio contribuir, de forma decisiva, para construção colaborativa do conhecimento, fazendo uso da inteligência coletiva em que todos são simultaneamente consumidores e produtores de informação. Assim, paralelamente, procura-se analisar a utilização de ferramentas colaborativas da Web 2.0 (nomeadamente blogues, Facebook, Twitter e Flickr) na difusão da informação arquivística. Estas plataformas, na sua maioria gratuitas e de fácil edição, permitem também interagir com um público, que poderá nunca entrar num edifício físico de arquivo (SINCLAIR, 2011: 5), e dar visibilidade aos arquivos na sociedade. A informação, hoje, passou a ser o objeto de estudo e de trabalho do arquivista, verificando-se um aumento do “potencial de generar contenidos para la web” (ACUÑA e AGENJO, 2005:408). Ao mesmo tempo, assiste-se a um aumento das expectativas dos utilizadores (cada vez mais nado-digitais) e os arquivos procuram ganhar visibilidade e melhorar a qualidade do acesso à informação “pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação” (SILVA, 2006:21).

Ramón Alberch Fugueras questiona-se “Porqué razón tenemos tan graves dificultades para difundir nuestro trabajo y, sobre todo, evidenciar nuestra utilidad al conjunto de la sociedad?” (ALBERCH FUGUERAS, 2000:2). Neste âmbito, considera-se também pertinente verificar se as referidas ferramentas, que muito embora não tenham sido desenhadas especificamente com o intuito de difundir informação arquivística, são ou não utilizadas pelos arquivos municipais portugueses.

O interesse por esta matéria surge também por que atualmente, “[...] las tecnologías se conviertan en unos verdaderos aliados de la democratización de la información [...]” (ALBERCH FUGUERAS, 2000:10) e a ideia subjacente ao conceito de Web 2.0 “c’est le fait d’utiliser la créativité, l’intelligence et le savoir-faire d’un grand nombre de personnes (des internautes en général), en sous-traitance, pour réaliser certaines tâches traditionnellement effectuées par un employé ou un entrepreneur” (BOUYÉ, 2012:2).

O estudo em causa configura-se como um primeiro olhar sobre uma realidade pouco estudada no nosso país: a realidade arquivística na Web Social. Este trabalho pretende ser um contributo mais, no que aos arquivos municipais diz respeito, e sempre numa perspectiva de acesso e difusão de informação, assim como de proximidade e prossecução de uma cidadania ativa e partilhada entre arquivos e cidadãos através da Internet e da Web 2.0 já que “La apuesta por las tecnologías es, ciertamente, la única opción válida, ya que la ampliación del uso social de los archivos pasa necesariamente por fomentar su utilización, y por considerar el concepto de ciberespacio como un revulsivo que juega a favor de las instituciones que, como los archivos, cuentan con un gran capital informativo” (ALBERCH FUGUERAS, 2000:10).

1. De link em link quantificando os dados

A observação feita para a concretização do presente trabalho é, em certa medida, realizada do ponto de vista de um cidadão/utilizador que procura informação arquivística

sobre o seu município através da Internet. A primeira tarefa assentou na identificação¹ de serviços de arquivos municipais que estejam presentes na Internet e que usem a WWW e as ferramentas colaborativas da Web 2.0, no acesso e na difusão da informação arquivística de que são produtores/detentores. Valorizam-se os casos de arquivos que se abrem aos utilizadores/cidadãos através da transparência e disponibilização da informação utilizando tecnologias colaborativas, no aproveitamento da inteligência social.

Dos 308 municípios portugueses 116 (37,66%) utilizam a Internet para disponibilizar informação arquivística, significando que mais de metade dos arquivos municipais portugueses (62,34%) não tem acesso ou difusão de informação na WWW².

Tabela 1 – Presença de Arquivos Municipais na Internet por Distrito

Distrito	Concelhos	N.ºs absolutos	Percentagens
Aveiro	19	12	63,16%
Beja	14	5	35,71%
Braga	14	6	42,86%
Bragança	12	5	41,67%
Castelo Branco	11	4	36,36%
Coimbra	17	6	35,29%
Évora	14	8	57,14%
Faro	16	10	62,50%
Guarda	14	3	21,43%
Leiria	16	6	37,50%
Lisboa	16	9	56,25%
Portalegre	15	5	33,33%
Porto	18	10	55,56%
Santarém	21	5	23,80%
Setúbal	13	9	69,23%
Viana do Castelo	10	9	90,00%
Vila Real	14	2	14,29%
Viseu	24	6	25,00%
TOTAL	308	116	37,66%

Estes valores estão muito próximos daqueles já apontados por Pedro Penteado e Cecília Henriques em 2008 em que assinalam 32% de arquivos municipais com presença na Internet (PENTEADO e HENRIQUES, 2008:17), o que significa que em 5 anos pouco se alterou. Os autores limitam-se à análise do sub-universo de arquivos municipais que

¹ O trabalho de pesquisa realizou-se entre março e maio de 2013 (na identificação de arquivos municipais portugueses na Internet) e entre agosto e outubro de 2013 (na identificação de arquivos municipais portugueses em alguma das plataformas da Web Social).

² Só as câmaras municipais de Albufeira, Constância e Ponte de Lima estão registadas enquanto entidades no Portal Português de Arquivos: <http://arquivos.pt/>.

beneficiou de apoio do PARAM, contudo, considera-se que a tendência é a mesma visto que dos 116 que serão alvo de análise 112 foram alvo do PARAM.

Entre os 116 casos localizados na Internet, 88 arquivos surgem com a designação de “Arquivo Municipal”, 24 como “Arquivo Histórico Municipal” e 1 é referenciado só como “Arquivo Fotográfico”³. Dentro dos arquivos municipais analisados, são 8 aqueles que oferecem a divisão entre arquivo histórico, intermédio e corrente e são 5 os arquivos fotográficos que estão sob a alçada dos respetivos arquivos. Verificou-se que, aquando da busca dos arquivos municipais localizados nas páginas das edilidades, 14 (12,07%) arquivos estão identificáveis logo na página inicial, não se submetendo a nenhuma estrutura orgânica ou, pelo menos, não a identificando no imediato. A presença dos restantes arquivos no portal camarário exige uma pesquisa.

Analisando distrito a distrito, aquele com melhor representação na WWW é o de Viana do Castelo com 9 dos 10 (90%) municípios⁴ a disponibilizar a informação através da Internet, seguido de Setúbal com 9 em 13 municípios (69,23%), Aveiro com 12 em 19 municípios (63,16%) e de Faro, com 10 em 16 municípios (62,50%)⁵. Acima dos 50% estão os distritos de Évora (57,14%), Lisboa (56,25%) e Porto (55,56%) enquanto os de Braga (42,86%) e Bragança (41,67%) ficam-se pelos 40%. Leiria (37,50%), Castelo Branco (36,36%), Beja (35,71%), Coimbra (35,29%) e Portalegre (33,33%) situam-se entre os 30% e os 40%; Viseu (25%), Santarém (23,80%) e Guarda (21,43%), estão entre os 20% e os 30%; e o distrito de Vila Real é aquele que apresenta pior representatividade com 14,29% o que significa que apenas 2⁶ de 14 municípios têm alguma informação na Internet.

O acesso à informação arquivística dos 116 arquivos municipais que estão na Internet é feita essencialmente através Instrumentos de Descrição Documental (IDD): 59,48% dos arquivos disponibilizam algum tipo de IDD *online* em formato PDF e são 16⁷ (13,79%) os arquivos municipais que oferecem possibilidade de pesquisa em plataformas *online* com descrição multinível segundo as normas ISAD(G) (5 municípios do distrito de Lisboa (31,25%), 2 nos distritos de: Viana do Castelo (20%), Braga (14,29%), Faro (12,50%) e Porto (11,11%), e 1 nos distritos de Évora (7,14%), Aveiro (5,26%) e Santarém (4,76%), sendo que os municípios dos restantes distritos não usam qualquer tipo de plataforma de pesquisa).

³ Refere-se ao município de Tomar que surge apenas com esta referência na Internet; o arquivo fotográfico é tutelado pela divisão de Museologia a par com o Politécnico, sendo que o serviço de arquivo municipal propriamente não existe.

⁴ Só o município de Arcos de Valdevez não disponibiliza qualquer informação *online*.

⁵ Os arquivos municipais de Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António integram a Rede de Arquivos do Algarve (<http://raalg.wikidot.com/arquivos-algarvios>) o que pode ajudar a explicar as estatísticas positivas alcançadas.

⁶ Os arquivos municipais de Vila Real e Chaves.

⁷ Na análise qualitativa ver-se-á que este número ascende a 24 uma vez que nem todos os arquivos municipais a disponibilizam ou indicam no seu sítio na Internet a existência de uma plataforma de pesquisa *online*, havendo casos de informação disponibilizada em duas plataformas distintas.

Tabela 2 – Arquivos Municipais com IDD *online* por Distrito

Distrito	Concelhos	N.ºs absolutos	Percentagem
Aveiro	12	4	33,34%
Beja	5	3	60,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	1	20,00%
Castelo Branco	4	3	75,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	4	50,00%
Faro	10	7	70,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	4	66,67%
Lisboa	7	6	85,71%
Portalegre	4	4	100,00%
Porto	10	8	80,00%
Santarém	5	3	60,00%
Setúbal	9	9	100,00%
Viana do Castelo	9	8	88,89%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	1	20,00%
TOTAL	116	69	59,48%

Tabela 3 – Arquivos Municipais com descrição multinível *online* por Distrito

Distrito	Concelhos na Web	n.ºs absolutos	percentagens
Aveiro	12	1	8,34%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	0	0,00%
Coimbra	6	0	0,00%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	2	20,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	5	71,42%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	2	20,00%
Santarém	5	1	20,00%
Setúbal	9	0	0,00%
Viana do Castelo	9	2	22,22%

Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
TOTAL	116	16	13,79%

Dos 116 arquivos municipais com presença na Internet apenas 11 (9,48%) disponibilizam objetos digitais *online*: 3 municípios do distrito de Lisboa (42,86%) e do Porto (30%), 2 nos distritos de: Santarém (40%), Braga (33,34%), Setúbal (22,22%) e Faro (20%). Vila Real (50%), Guarda (33,34%), Castelo Branco (25%), Coimbra (16,67%), Évora (12,50%), Viana do Castelo (11,11%) e Aveiro (8,24%) têm, cada um, um arquivo municipal que disponibiliza objetos digitais.

Tabela 4 – Arquivos Municipais com objetos digitais *online* por Distrito

Distrito	Concelhos na Web	N.ºs absolutos	Percentagens
Aveiro	12	1	8,34%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	2	33,34%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	1	25,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	2	20,00%
Guarda	3	1	33,34%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	3	42,86%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	3	30,00%
Santarém	5	2	40,00%
Setúbal	9	2	22,22%
Viana do Castelo	9	1	11,11%
Vila Real	2	1	50,00%
Viseu	5	0	0,00%
TOTAL	116	11	9,48%

Outra forma de difusão da informação é feita através das “Exposições virtuais”. Também aqui é diminuto o número de arquivos que adota esta forma de partilhar conteúdos *online*: 17 em 116 (14,66%)⁸.

⁸ Neste ponto de análise optou-se por incluir nas estimativas a iniciativa “Documento do Mês”, promovida por 10 arquivos municipais.

Tabela 5 – Arquivos Municipais com Exposições virtuais* por Distrito

Distrito	Concelhos na Web	N.ºs absolutos	Percentagens
Aveiro	12	0	0,00%
Beja	5	0	0,00%
Braga	6	1	16,67%
Bragança	5	0	0,00%
Castelo Branco	4	1	25,00%
Coimbra	6	1	16,67%
Évora	8	1	12,50%
Faro	10	5	50,00%
Guarda	3	0	0,00%
Leiria	6	0	0,00%
Lisboa	7	0	0,00%
Portalegre	4	0	0,00%
Porto	10	4	40,00%
Santarém	5	0	0,00%
Setúbal	9	2	22,22%
Viana do Castelo	9	2	22,22%
Vila Real	2	0	0,00%
Viseu	5	0	0,00%
TOTAL	116	17	14,66%

* Contabilizam-se as iniciativas "Documento do Mês"

Ao mesmo tempo, contabilizaram-se os arquivos que publicitam exposições documentais: 13 no total (11,20%).

Ao nível da colaboração e interação com os utilizadores *online* contabilizaram-se 9 projetos distribuídos por municípios dos distritos de Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal. O Marketing *online* é praticamente inexistente: 2,59%, o que, em números absolutos significa que apenas 2⁹ arquivos municipais têm, no caso concreto, loja na página da Internet com produtos e *merchandising* próprio do arquivo. 20 arquivos permitem, através das suas páginas a ligação com outros sítios na Internet; apenas 6 mostram a contabilização do número de acessos ou visitas.

2. Da qualidade do acesso e da difusão online

A primeira observação a ressaltar prende-se com a qualidade do acesso. A maior dificuldade começa logo por encontrar o "sítio" do serviço de arquivo municipal na página oficial do município. Destes, 47 (41,96%) encontram-se à distância de 2 cliques, 28 (25%) de 3 cliques, 7 (6,25%) de 4 cliques, 4 (3,57%) de 5 cliques e 1 arquivo (0,89%) só se

⁹ O arquivo municipal da Póvoa do Varzim e o arquivo municipal de Gaia.

encontra após 6 cliques!, o que significa que em 87,5% dos casos a procura da informação arquivística não é feita num primeiro acesso. O arquivo que leva mais tempo a localizar é o da Lousã, sendo necessários 6 cliques¹⁰, para chegar ao fim e não ter qualquer informação relevante a dar ao munícipe/utilizador. As câmaras municipais não seguem um enquadramento orgânico uniforme, logo, também os arquivos, dependendo da estrutura orgânica em que se inserem, estão sob a alçada de diferentes pelouros.

Para além desta primeira dificuldade, acontece na maioria das vezes uma falta de visão sistémica, ou seja, aquilo que aparece diz respeito só ou ao arquivo histórico, ou ao arquivo fotográfico, por exemplo, havendo uma “Falta de articulação entre o arquivo intermédio e o arquivo histórico da Câmara, por vezes dependentes de unidades orgânicas diferentes” (PENTEADO; HENRIQUES, 2008:31). Na análise agora feita comprova-se a afirmação atrás citada. Em Portugal, os arquivos municipais de Beja, Cascais, Évora, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Lisboa¹¹, Loulé, Odemira, Ovar, Penafiel, Porto¹², Sintra e Vale de Cambra apresentam uma divisão entre arquivo corrente/administrativo e arquivo histórico e/ou arquivo fotográfico, explicitando as competências de cada serviço e, nalguns casos, apresentando mesmo a documentação/informação existente em cada um deles.

Nas páginas dedicadas ao arquivo é quase unânime a existência de uma breve apresentação do serviço de arquivo, a sua missão e competências, os serviços disponibilizados assim como a sua localização física e contactos. No arquivo municipal de Tarouca aparece a informação de “brevemente” e a página dedicada ao arquivo municipal de Tondela no portal da câmara municipal está vazio de conteúdos.

Relativamente ao acesso à informação arquivística através de IDD, nos 116 arquivos municipais que têm presença na Internet, esta faz-se sobretudo através da disponibilização de guias de fundos (47), inventários (22) e catálogos (4) em formato PDF, ou seja, o utilizador tem, na maior parte dos casos, apenas uma visão geral da documentação/informação produzida e salvaguardada no arquivo municipal. Os guias de fundos dão conta dos arquivos públicos, privados, religiosos e coleções que se encontram na sua posse. Por exemplo, o arquivo municipal de Nelas apresenta um guia de fundos da documentação/informação de conservação permanente em PDF atualizado até 2007, assim como inventários, no mesmo formato, com a descrição arquivística segundo as normas ISAD(G). Nalguns casos é possível igualmente fazer o *download* desses instrumentos de descrição, noutros eles aparecem apenas como texto de apresentação do arquivo.

¹⁰ Percurso de navegação percorrido: Áreas de atividade - Cultura - Equipamentos Culturais - Bibliotecas - Biblioteca Municipal Comendador Montenegro - Arquivo Histórico Municipal.

¹¹ O Arquivo municipal de Lisboa está dividido da seguinte forma: Núcleo Intermédio, Núcleo Histórico, Núcleo do Arco do Cego e Núcleo Fotográfico - disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/equipamentos-culturais/arquivo-municipal> e <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>.

¹² O Arquivo municipal do Porto apresenta na página da câmara municipal a informação sobre o arquivo geral - disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/arquivos/arquivomunicipal/Paginas/arquivomunicipal.aspx>; o Arquivo Histórico Municipal Casa do Infante - disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/museus/casadoinfantemuseu/Paginas/casadoinfantenucleomuseologico.aspx> e informação sobre outros arquivos.

Contudo, a formulação descritiva destes IDD nem sempre é clara pois nem sempre vêm acompanhados de um texto introdutório que clarifique o leitor sobre o que está a ver. Por exemplo, o arquivo de Oliveira de Azeméis indica que se trata do inventário da documentação de conservação definitiva tratada arquivisticamente, apresentando a descrição multinível ao nível da Série e Subsérie. Este título alerta o utilizador para dois factos: o primeiro que está só perante informação do arquivo de conservação permanente, dito histórico, e apenas da documentação tratada. A informação fornecida alerta, ou pelo menos deixa a dúvida, de que possam existir fundos não tratados arquivisticamente e de que existe todo um conjunto de informação arquivística dos arquivos corrente e intermédio que não está acessível através deste IDD. Também no arquivo de Portimão se faz a advertência de que o guia de fundos é provisório, e o arquivo da Trofa diz estar em elaboração o seu instrumento de pesquisa, embora apresente a descrição das coleções oferecidas ao Centro Digital de Informação Local. Outra situação acontece, por exemplo, com o arquivo municipal da Lourinhã que elenca alguns documentos não se percebendo se correspondem a fundos, séries ou coleções. Ou então o arquivo municipal da Póvoa de Varzim que apresenta o Guia de fundos, fazendo a sua descrição, divididos entre públicos e privados; contudo, ao clicar nos Inventários e nos Catálogos encontra-se tão-somente a sua definição (de “inventário” e de “catálogo”) e não o instrumento de descrição ou os documentos descritos. Curiosamente, ao clicar no botão “Sala de Leitura”, presente na mesma página, encontra-se o inventário dos Registos Paroquiais.

Este facto acontece igualmente noutras situações em que a informação arquivística não é disponibilizada no mesmo local de acesso: veja-se o exemplo de Olhão. Na página do arquivo municipal existe um botão para “Acervo Documental” e aqui encontra-se o elenco dos fundos pertencentes ao município; contudo, se se entrar nas “Actividades Realizadas”, nas “Publicações” encontra-se um PDF com o “Guia do Arquivo Histórico Municipal de Olhão”. O utilizador tem que fazer vários acessos para encontrar esta informação.

No caso dos arquivos que apresentam descrição multinível através de plataformas de pesquisa como o Archeevo¹³, o InfoGestNet¹⁴, o X-arq¹⁵ ou o GISA¹⁶, aí o utilizador já pode fazer pesquisas mais refinadas e encontra os objetos digitais associados à informação que procura. Estas plataformas de pesquisa apresentam a descrição arquivística segundo as normas ISAD(G). Salvo nestes casos, em que os objetos digitais aparecem associados à informação arquivística visto estarem integrados numa plataforma de pesquisa, na maior parte dos casos, aquilo a que o utilizador tem acesso são a imagens isoladas, dos forais ou documentos considerados importantes, disponibilizadas como “Documento do Mês”. O caso do arquivo municipal de Coimbra é ilustrativo disto mesmo visto que é só no “Projeto Documenta” que estão disponibilizados objetos digitais de documentos

¹³ O Archeevo é utilizado pelos arquivos municipais de Vila Nova de Famalicão, Albufeira, Mafra, Oeiras, Constância e Ponte de Lima.

¹⁴ No InfoGestNet é possível pesquisar a informação/documentação dos seguintes arquivos municipais: Beja, Lagoa, Alcácer do Sal, Mafra, Marinha Grande, Arcos de Valdevez, Bragança, Loulé, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Ribeira de Pena, Tavira e Vila Real. O arquivo municipal de Tavira ou o de Paredes de Coura têm o acesso a esta plataforma no *site* da câmara municipal mas o arquivo municipal de Mafra usa o Archeevo e os arquivos municipais de Beja, Bragança e de Vila Real não têm qualquer indicação de que existe este portal com a descrição arquivística dos seus fundos!

¹⁵ O X-arq (*extended-archive*) é usado pelos arquivos municipais de Montemor-o-Novo, Cascais e Lisboa.

¹⁶ O GISA – Gestão Integrada de Sistema de Arquivo – é utilizado pelos arquivos municipais de Braga, Porto e Vila Nova de Gaia.

selecionados. Este projeto “visa ultrapassar as barreiras físicas do Arquivo, divulgando os seus exemplares a um público mais vasto, que não pode deslocar-se para consulta dos originais presencialmente, nem pode conhecê-los através de exposições temporárias, sempre efémeras no tempo, exigindo condições de segurança e conservação adequadas para apresentar os documentos, que o AHMC não possui nas instalações provisórias que ocupa. Assim, resta-lhe aproveitar as possibilidades que as TIC's, novas Tecnologias da Informação e Conhecimento, oferecem para virtualmente divulgar o Arquivo”, lê-se na página.

Se ao nível do acesso se apresentam algumas dificuldades, verifica-se que são muito poucos os arquivos que oferecem uma efetiva difusão de informação arquivística *online*. É um facto que já muitos arquivos têm serviço cultural, serviço educativo, realizam exposições documentais, abrem as portas dos seus serviços a visitas mas isto são tudo ações direcionadas para um público que se desloca fisicamente ao serviço de arquivo, que não encontram paralelo no universo virtual. A maior parte das vezes, aquilo que se encontra na Internet é a publicidade para a comunidade *online*, disponibilizando numa galeria de imagens o evento que já passou.

Em certos arquivos é fornecida a ligação a outros sítios na Internet de interesse arquivístico, nem sempre atualizado como acontece com 3 arquivos municipais¹⁷ do distrito de Viseu que têm *links* para blogues cuja última atualização data de 2010.

A proximidade com o público, o cidadão, o utilizador faz-se igualmente através de exposições “função capaz de o fazer [ao arquivo] interagir com um público não especializado” que Marta Nogueira identifica como “difusão cultural” (NOGUEIRA, 2012b:6). As exposições documentais são uma forma de “possibilitar uma melhoria da imagem institucional do Arquivo” (NOGUEIRA, 2012b:46) mas exposições virtuais, que não estão condicionadas por motivos logísticos (espaço, material expositivo, condições ideais de temperatura, humidade relativa e luz) e que chegam a um público mais vasto, devido à ubiquidade da Internet, são quase uma miragem no panorama arquivístico português¹⁸. Os melhores exemplos encontram-se nos arquivos de: Évora, Lagos, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Vila Nova de Gaia.

O sítio na Internet do arquivo municipal de Évora tem visitas às suas várias valências assim como exposições virtuais. O arquivo municipal de Lagos, para além da publicidade que faz às exposições documentais, tem os catálogos das mesmas *online* que permitem virar as páginas, tem uma visão panorâmica da sala com a exposição e vídeos do edifício. O arquivo municipal de Albufeira tem a indicação de 3 exposições virtuais mas, à data¹⁹ da consulta do *site*, não estavam acessíveis. Outros arquivos municipais acabam por permitir um certo acesso virtual às exposições documentais que realizam. Não se podendo considerar como uma real e efetiva exposição virtual, o arquivo municipal do Barreiro, por exemplo, disponibiliza em PDF os painéis e murais que estiveram patentes na exposição; o de Vila do Bispo, na secção “Informações úteis” tem uma visita virtual ao arquivo em formato PDF; e o de Coimbra tem uma visita virtual ao arquivo em PDF e os catálogos das exposições realizadas, também em PDF.

¹⁷ São eles: Castro de Aire, Nelas e Viseu. Estes arquivos têm ligação a blogues que não estão ativos.

¹⁸ Esta realidade também se verifica no caso dos Arquivos Distritais portugueses (NOGUEIRA, 2012b:65).

¹⁹ Agosto de 2013.

As exposições documentais em arquivos até são uma realidade mas pouco se vislumbra delas na Web e se, ao nível da difusão, os catálogos das exposições são instrumentos que potenciam “uma utilização e usufruição” dos documentos/informação dos arquivos municipais “que não se baseia nem se esgota no acesso” (NOGUEIRA, 2012b:21), então estes instrumentos deveriam ser amplamente divulgados *online*; no entanto, nos sítios dos arquivos, sobretudo o que se encontra, é a publicidade a estas iniciativas expositivas, disponibilizando apenas o cartaz ou um convite.

Por serem em número reduzido as exposições virtuais em arquivos municipais, considerou-se analisar também a iniciativa “Documento do Mês” através da qual os arquivos divulgam alguns dos documentos mais interessantes que possuem. O arquivo municipal de Olhão desenvolve esta iniciativa desde 2009 intitulada “Arquivo Vivo” e o arquivo de Póvoa do Varzim chama-lhe “Páginas de História com Estórias”. O arquivo municipal de Valongo, no seu “Documento do Mês” tem o objeto digital do documento selecionado com uma descrição e um *link* com possibilidade de partilha no Facebook. Esta é a solução mais comum: disponibilização do objeto digital com o enquadramento descritivo permitindo ao utilizador fazer o *download* do documento, enviá-lo por endereço eletrónico ou partilhá-lo numa plataforma colaborativa da web social. O arquivo municipal de Sines publica *online* o “Documento do Mês” e a iniciativa “Portas Abertas”; Santarém e Tavira também usam o “Documento do Mês”; o arquivo municipal de Ponte de Sor publica o “Documento do Mês” no *site* do Centro de Artes e Cultura.

Ao nível do marketing nos arquivos encontram-se publicações *online* e venda de publicações de edição dos arquivos. Dois arquivos (Póvoa do Varzim e Vila Nova de Gaia, ambos do distrito de Porto) têm divulgação *online* da existência de uma loja onde há merchandising próprio do arquivo, à semelhança do Arquivo Municipal de Amsterdão, que possui uma loja de venda de produtos feitos a partir da documentação custodiada no arquivo (ALBERCH FUGUERAS, 2000:5).

Para além da análise à presença por si só na Internet dos arquivos municipais, importa perceber até que ponto as plataformas colaborativas da Web 2.0 são utilizadas no acesso e na difusão da informação.

3. Arquivos municipais portugueses na Web Social

Algumas das ferramentas colaborativas disponibilizadas pela Web 2.0 estudadas no presente trabalho (Facebook, blogue, Twitter e Flickr) não colhem preferência como mecanismos de difusão e partilha de informação. Apenas 10 arquivos municipais têm conta no Facebook e 4 têm blogue; localizou-se um arquivo municipal com conta no Flickr²⁰ e outro com conta no Twitter²¹. Se se comparar com os resultados de um estudo de 2010 para as 308 bibliotecas públicas portuguesas, a autora diz que “só 57 é que, em janeiro de 2010, utilizavam alguma das tecnologias 2.0, 15 bibliotecas tinham criado um perfil ou página no Facebook, o que constitui cerca de 26% de bibliotecas presentes na rede social. Em outubro de 2010, 48 bibliotecas aderiram e sucessivamente vimos surgir mais perfis e páginas” (ALVIM, 2011:23). É fácil verificar a discrepância de números entre as duas realidades. Na comunidade biblioteconómica existem muito mais estudos sobre a

²⁰ O Arquivo Histórico Municipal de Cascais (desde junho de 2013).

²¹ O Arquivo Municipal de Gaia (desde junho de 2009).

Web 2.0 e a sua relação com as bibliotecas, e o debate em torno das tecnologias participativas ao serviço das bibliotecas gerou-se há mais tempo. Para Samouelian “This dichotomy in the professional literature raises further questions about the archival community’s commitment to this latest generation of Web applications” (SAMOUELIAN, 2009:44), o que pode ajudar, em parte, a explicar esta diferença de números na adesão às plataformas colaborativas citadas.

A Web 2.0 caracteriza-se por princípios colaborativos e de partilha mas será que arquivos municipais se consideram imbrincados na ideologia 2.0? Crymble adianta que “Users increasingly decreed that it was no longer enough to offer a static web page; they now expected to be able to participate in an online experience” (CRYMBLE, 2010:128) e a web social é parte deste novo universo de colaboração e proximidade com os utilizadores mas as experiências identificadas entre os arquivos municipais portugueses são diminutas.

Em Portugal, só os arquivos de Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis (distrito de Aveiro), Guimarães (distrito de Braga), Figueira da Foz²² (distrito de Coimbra), Cascais (distrito de Lisboa), Penafiel²³ e Valongo (distrito do Porto), Torres Novas (Distrito de Santarém), Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo) e Mangualde (distrito de Viseu) têm conta no Facebook²⁴. No entanto, esta é a plataforma preferida dos portugueses, usada por mais de 4 milhões de portugueses, sobretudo por adultos (LEITÃO, 2011:111-112). No seu estudo, Crymble identificou 104 arquivos com páginas no Facebook e 64 que utilizam o Twitter, entre Agosto e Setembro de 2009 (CRYMBLE, 2010:135). Em França, e segundo dados apurados por Édouard Bouyé para 2012, só 13 arquivos têm página no Facebook e 6 têm conta no Twitter mas em contrapartida, cerca de 20 serviços desenvolvem projetos de colaboração de indexação de documentos e identificação de imagens (MOIREZ, 2011: 187); 16 projetos de indexação colaborativa estão previstas para 2012, 12 em arquivos departamentais e 3 em arquivos comunais (BOUYÉ, 2012:9).

Os blogues têm uma expressão menor entre os arquivos municipais portugueses, embora a sua utilização esteja “entre as principais atividades dos internautas portugueses em 2010” (LEITÃO, 2001:117). Os blogues parecem ter uma maior implantação no universo das bibliotecas e disso são testemunho vários trabalhos (ALVIM, 2007b; BARRETO, 2007; EIRAS, 2007; SOUSA et al., 2007). O blogue “Arquivo Municipal de Espinho – Extensão Educativa”²⁵ existe desde 2008; no portal da Câmara Municipal de Mirandela encontra-se um *link* para o blogue²⁶ (criado em Janeiro de 2010), onde se encontra um diretório das secções do arquivo corrente, o regulamento do arquivo municipal e um PDF com a lista dos presidentes da câmara dos séculos XIX e XX. No distrito de Lisboa, os arquivos municipais de Alenquer²⁷ e do Cadaval²⁸ têm blogue, sendo que este último

²² Neste caso é o arquivo fotográfico municipal que tem conta no Facebook mas achou-se por bem considerar. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivo.foz?fref=ts>

²³ São os Amigos do Arquivo Municipal de Penafiel que têm página no Facebook mas é local de difusão e partilha de informação relacionada com o arquivo municipal; daí ser tida em conta.

²⁴ Nota: nas pesquisas efetuadas para o trabalho em causa verificou-se que a maioria das edilidades tem uma página do município no Facebook. Por não se tratar de páginas específicas destinadas à informação arquivística municipal mas a toda a informação municipal não foram consideradas. Contudo, isto não significa que nas contas dos municípios não seja veiculada informação sobre o arquivo, os seus fundos, os seus serviços e as suas atividades.

²⁵ Disponível em: <http://ame-arquivomunicipalespinho.blogspot.pt/>

²⁶ Disponível em: <http://arquivomunicipalmirandela.blogspot.pt/>

²⁷ Disponível em: <http://arquivomuseualenquer.blogspot.pt/>

²⁸ Disponível em: <http://arquivo-cadaval.blogs.sapo.pt/>

arquivo utiliza apenas o blogue como ferramenta de difusão e acesso à informação arquivística, não tendo qualquer outra presença na Internet.

Em relação ao pedido de colaboração dos cidadãos na recolha, identificação, salvaguarda, valorização e difusão do património arquivístico municipal (independentemente do seu suporte), em Portugal encontram-se quatro exemplos. São eles: o arquivo histórico municipal de Albufeira que tem três projetos de colaboração com os habitantes do concelho: “Recolha de Fotografias antigas de Albufeira”, “Genealogia do Algarve”²⁹ e “Casas com história” (VALVERDE; NEGRÃO, 2013); o arquivo municipal da Trofa que procura disponibilizar documentação/informação recolhida junto dos habitantes do município no Centro Digital de Informação Local; o arquivo municipal de Palmela que tem o projeto “Uma imagem, Mil memórias” que visa a recolha do património fotográfico do concelho, contando com a participação e ajuda dos locais; e o arquivo municipal de Oliveira de Azeméis que pretende recolher fotografias a preto e branco do concelho até final do ano. A Web 2.0 é vista como uma mudança de atitude por diversos autores (MARGAIX ARNAL, 2007; CRYMBLE, 2010; ALVIM, 2011), e os casos acima citados podem situar-se nesse domínio, mas todos são unânimes em relacioná-la com a tecnologia. Nestas três situações é solicitada a colaboração e participação de todos; contudo, a ausência de ferramentas tecnológicas que possibilitem a introdução das informações solicitadas ou de imagens ou documentos afasta estas iniciativas de uma ideologia 2.0. Por exemplo, na sua página do Facebook, o Arquivo de Barcelona coloca fotografias e pede ajuda na identificação de pessoas.

A recolha de documentos nas mãos de particulares também encontra justificação no *site* do Arquivo Municipal de Barcelona³⁰: “construir a história de Barcelona”, enfatizando que os arquivos pessoais e particulares são de grande interesse. No estudo que faz da realidade francesa ao nível dos arquivos participativos, Pauline Moirez aponta igualmente a web social como uma forma utilizada pelos serviços de recolherem arquivos privados (MOIREZ, 2012:189).

O único arquivo que usa de facto a web social para a construção colaborativa do conhecimento e que pede claramente a ajuda dos utilizadores é Arquivo Municipal de Cascais, que tem conta no Flickr desde Junho de 2013, disponibilizando “todos os dias fotografias uma imagem histórica do concelho”. “Partilhar Memórias é Fazer História” é o mote lançado pelo Arquivo Municipal de Cascais, informando os utilizadores que podem colaborar na descrição, através de comentários, e até mesmo enviar fotografias para o endereço de correio eletrónico indicado, numa verdadeira perspectiva de que “Todos somos emissores y receptores de información, es la base del nuevo concepto de trabajo” (CERDÁ DÍAS, 2009:20).

O Arquivo Municipal de Gaia é o único arquivo municipal português que tem conta no Twitter, no entanto, todos os tweets datam de 2009 e referem-se, apenas e tão só, às 1^{as} Jornadas de Arquivos Municipais das Cidades do Eixo Atlântico.

Para além destas iniciativas de colaboração com os cidadãos, a interação *online* faz-se sobretudo através de contactos via *email* e da possibilidade de partilha de conteúdos das páginas dos serviços de arquivo municipais no email, Facebook, Twitter ou blogue do

²⁹ Disponível em: <http://www.genealogiadoalgarve.com/index.php>

³⁰ Disponível em: <http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuMunicipal/>

utilizador que está a consultar a documentação/informação, como por exemplo o Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, e ainda o inquérito de satisfação que o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta faz aos seus utilizadores.

Conclusão

A ideia de arquivos participativos, em que os conhecimentos e competências dos internautas e dos não profissionais são aproveitados na indexação colaborativa, na identificação de imagens, em suma, numa melhor compreensão arquivos e no acesso à informação (MOIREZ, 2012; THEIMER, 2011b), está longe de se concretizar junto dos arquivos municipais portugueses. E os arquivos municipais como os mais próximos dos cidadãos são os espaços por excelência para isso.

O elemento chave que é a colaboração dos utilizadores não está presente no universo dos arquivos municipais portugueses. Os cidadãos e utilizadores continuam a ser vistos como “consumidores de informação” e não como uma inteligência coletiva que pode ser aproveitada. “Si no hay confianza total no tiene ningún sentido abrir espacios para la participación” (MARGAIX ARNAL, 2007:100). Será este um dos dados da equação que pode justificar esta lacuna? No mesmo sentido, Pauline Moirez afirma que “les archivistes sont tout particulièrement sensibles à la qualité des informations produites par les usagers” mas “C’est pourquoi les opérations de crowdsourcing sont encadrées, et le plus souvent intégrées sur les sites web institutionnels plutôt que déportées sur les médias sociaux où les vérifications sont plus complexes à effectuer” (MOIREZ, 2012:192). Ou seja, estes autores apontam algumas limitações à vontade de colaboração por parte dos arquivos sobretudo devido à desconfiança relativamente à qualidade de informação introduzida por não profissionais. A situação é contornável através da inscrição em sítios institucionais e até mesmo a realização de testes de leitura paleográfica (BOUYÉ, 2012:7).

A primeira e principal dificuldade de quem acede é saber onde se encontra a informação sobre o serviço arquivo e se é um facto que se pode recorrer de imediato à pesquisa que os *sites* dos municípios permitem, nem sempre é fácil seguir um percurso que retrate a dependência orgânica do serviço de arquivo dentro do organismo municipal.

Chega-se à conclusão que dos 116 serviços de arquivo municipais que têm informação na Internet, 112 foram contemplados pelo PARAM, mas são ainda muito poucos (13,79%) aqueles que oferecem possibilidade de pesquisa em plataformas *online* com descrição multinível segundo as normas ISAD(G). Verifica-se também que os instrumentos de descrição documental em formato PDF (guias de fundos, inventários e catálogos), dentro ainda de uma visão de Arquivo 1.0 são a forma mais comum de acesso à documentação/informação. O utilizador cidadão, na grande maioria dos casos, tem que se deslocar fisicamente aos serviços de arquivo municipais visto que o que encontra na Internet são instrumentos de pesquisa insuficientes e desajustados à realidade século XXI, assim como poucos objetos digitais disponíveis *online*, nalguns casos sem contextualização.

Se ao nível do acesso se apresentam algumas dificuldades, verifica-se que são muito poucos os arquivos que oferecem uma efetiva difusão de informação arquivística *online*. É um facto que já muitos arquivos têm serviço cultural, serviço educativo, realizam

exposições documentais, abrem as portas dos seus serviços a visitas mas isto são tudo ações direcionadas para um público que se desloca fisicamente ao serviço de arquivo, que não encontram paralelo no universo virtual.

Não se pode falar em arquivos 2.0 (exceção feita a Cascais) pois as ferramentas colaborativas da Web 2.0 são raramente utilizadas pelos arquivos municipais. Se nalguns casos existe uma perspetiva colaborativa entre arquivos e cidadãos, sendo pedida colaboração às populações sobretudo para recolha de documentação/informação arquivística, isso acontece ainda em ambiente não digital visto que as ferramentas colaborativas disponibilizadas pela Web 2.0 estudadas no presente trabalho (Facebook, blogue, Twitter e Flickr) não colhem preferência como mecanismos de difusão e partilha de informação, nem tão pouco são utilizadas no aproveitamento da inteligência coletiva para a construção do conhecimento. Como atrás se viu, apenas 10 arquivos municipais têm conta no Facebook, 4 têm blogue, 1 tem com conta no Flickr e outro no Twitter. É manifestamente pouco.

Conclui-se, portanto, que os arquivos podem ser mais flexíveis e abertos, procurando corresponder às expectativas e exigências dos utilizadores, fazendo uso das ferramentas colaborativas para chegar a um público mais vasto e diversificado pois “Los recursos, los centros, los archivos se abren a la participación y al fomento de actitudes cooperativas, o directamente se llega a la autogestión del usuario, creando los increíblemente populares “archivos sociales”, de información creada y compartida por los propios usuarios” (CERDÁ DÍAS, 2009: slide 20).

Referências bibliográficas

ACUÑA, María José de; AGENJO, Xavier

2005 Archivos en la era digital: problema (y solución) de los recursos electrónicos. *El profesional de la información*. [Em linha]. 14:6 (2005) 407-413. [Consult. 2 out. 2013].

Disponível em:

<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2005/noviembre/2.pdf>

ALBERCH FUGUERAS, Ramón

2000 Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. In *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2000. [Consult. 3 out. 2013].

Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>

ALVIM, Luísa

2011 Impossível não estar no Facebook! O nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social. *Cadernos BAD*. 1:2 (2011) 14-26.

ALVIM, Luísa; NUNES, Manuela Barreto

2010 As Bibliotecas 2.0 são redes de comunicação? Contributo para o estudo sobre a utilização das tecnologias da Web 2.0 nas estratégias de comunicação nas bibliotecas públicas e académicas portuguesas. [Em linha]. CONGRESSO

NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 10º, Guimarães, 2010 [Consult. 1 nov. 2012].

Disponível em:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/204/200>

ALVIM, Luísa

2007a A Avaliação de Qualidade de Blogues. [Em linha]. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9º, Ponta Delgada, 2007. [Consult. 1 nov. 2012].

Disponível em:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/595/444>

ALVIM, Luísa

2007b Blogues e Bibliotecas: construir redes na Web 2.0. *Cadernos BAD*. 1 (2007) 38-74.

ALVIM, Luísa

2010 Da blogosfera ao facebook: o paradigma da comunicação nas bibliotecas portuguesas. *Cadernos BAD*. 1:2 (2009-2010) 29-59.

BARRETO, Adalberto

2007 Blogues e bibliotecas: informação, comunicação e *nonsense* à velocidade da luz. *Cadernos BAD*. 1 (2007) 6-22.

BOUYE, Édouard

2012 *La Web collaboratif dans les services d'archives publics: un pari sur l'intelligence et les motivations des publics* [PDF]. [S. l. : s. n.], 2012. [Consult. 25 jan. 2013].

CERDÁ DÍAZ, Julio

2009 *Nuevas arquitecturas de la memoria: los archivos en la era digital*. [Em linha]. Bilbao, 2009. [Consult. 27 ago. 2013].

Disponível em:

<http://www.centroicaro.net/fileadmin/icaro/documentos/expo/jornadainaugural/los-archivos-en-la-era-digital.pdf>

CRYMBLE, Adam

2010 An Analysis on Twitter and Facebook use by the archival community. [PDF]. *Archivaria*. 70 (Fall 2010) 125-151 [Consult. 12 dez. 2012].

Disponível em:

<http://www.crymble.ca/adam/cv/publications/Crymble-Archivaria.pdf>

EIRAS, Bruno Duarte

2007 Blogs: mais que uma tecnologia, uma atitude. *Cadernos BAD*. 1 (2007) 75-86.

KING, Kiara

2008 *An Introduction to use Web 2.0 in the archives*. [Em linha] York: Society of Archivists Conference, 2008. [Consult. 30 set. 2013].

Disponível em: <http://www.slideshare.net/araik/archives-20-presentation>

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira

2010 Uma Biblioteca nas redes sociais: o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian no FLICKR. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10º, Guimarães, 2010 - *Actas*. Guimarães: BAD, 2010.

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira

2011 A Web 2.0 e os seus públicos: o caso português. [Em linha]. *Páginas a&b*. 2.^a série, 8 (2011) 107-131 [Consult. 12 dez. 2012].

Disponível em:

http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/17943/1/A%20Web%202%20PORTUGAL_UTILIZACAO.pdf

LEITÃO, Paulo Jorge Oliveira

2011 WIKIS e Bibliotecas. *Cadernos BAD*. 1:2 (2011) 58-76.

MARGAIX-ARNAL, Didac

2007 Conceptos de web 2.0 y biblioteca 2.0: origen, definiciones y retos para las bibliotecas actuales. [Em linha]. *El profesional de la información*. 16:2 (mar.-abr. 2007) 95-106. [Consult. 30 set. 2013].

Disponível em:

<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/9521/1/kx5j65q110j51203.pdf>

MARGAIX-ARNAL, Didac

2008 Las bibliotecas universitarias y Facebook: cómo y por qué estar presentes. [Em linha] *El profesional de la información*. 17:6 (nov.- dec. 2008) 589-601. [Consult. 30 set. 2013].

MOIREZ, Pauline

2012 Archives participatives. [Em linha]. In *Bibliothèques 2.0 à l'heure des médias sociaux*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2012, p. 187-197 [Consult. 30 janeiro 2013].

Disponível em:

http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/72/54/20/PDF/ArchivesParticipatives_PMoirez.pdf

NOGUEIRA, Marta

2010 Archives in Web 2.0: new opportunities. [Em linha]. *Ariadne*. 63 (Apr. 2010). [Consult. 13 dez. 2012].

Disponível em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1850/3/MNogueira_Archives_in_Web_2.0

NOGUEIRA, Marta

2012a Terminologia Arquivística: reflexões sobre o conceito de difusão. In ENCONTRO DE ARQUIVOS DO ALGARVE, 2º, Portimão, 2011 – *Sistema de Gestão Integrada da Informação: atas...* Portimão: II E.A.A., 2012, p.89-109.

NOGUEIRA, Marta

2012b *A Difusão cultural no Arquivo Nacional e nos Arquivos distritais portugueses: as exposições documentais (1990-2009)*. 2012.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, ramo Arquivos, apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

PENTEADO, Pedro; HENRIQUES, Cecília

2008 A DGARQ na rota da qualificação dos arquivos municipais. [Em linha]. In IX ENCONTRO NACIONAL E ARQUIVOS MUNICIPAIS, 9º, Évora, 2008 – *Novos Desafios da Gestão Documental*. Évora: IX E.N.A.M., 2008. [Consult. 22 nov. 2012].

Disponível em:

<http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

1998 *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM)*. Lisboa: IAN/TT: 1998.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade

2005 *Norma Portuguesa 4041: Informação e Documentação: Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: I.P.Q., 2005.

SAMOUELIAN, Mary

2009 Embracing Web 2.0: archives and the newest generation of web applications. [Em linha]. *The American Archivist*. 72 (Spring/Summer 2009) 42-71 [Consult. 19 set. 2013].

Disponível em:

<http://archivists.metapress.com/content/k73112x7n0773111/fulltext.pdf>

SINCLAIR, Joan Marguerite

2011 *The Interactive archives: social media and outreach*. [Em linha]. [Consult. 14 dez. 2012].

Tese apresentada à Faculdade de Estudos Graduados da Universidade de Manitoba para obtenção do grau de Mestre em Artes, 2011.

Disponível em: <http://mspace.lib.umanitoba.ca/handle/1993/8461>

SOUSA, Paulo Jorge [et al.]

2007 A Blogosfera: perspectivas e desafios no campo da Ciência da Informação. *Cadernos BAD*. 1 (2007) 87-106.

THEIMER, Kate

2011a Exploring the participatory archives. [Em linha] In www.archivesnext.com slide share. [Consult. 30 set. 2013].

Disponível em: <http://www.slideshare.net/ktheimer/theimer-participatory-archives-saa-2011>

THEIMER, Kate

2011b What Is the meaning of archives 2.0? [Em linha]. *The American Archivist*. 74 (Spring/Summer 2011) 58-58. [Consult. 30 jan. 2013].

Disponível em: http://bing.exp.sis.pitt.edu/661/1/AA_Web_2.0.pdf

TONTA, Yasar

2008 Web 2.0 technologies and information services. [Em linha]. *IMC Meeting, 28-30 May, La Spezia, Italy*. [Consult. 29 set. 2013]. Disponível em: http://www.academia.edu/255168/Web_2.0_Technologies_and_Information_Services

VALVERDE, Isabel; NEGRÃO, Sónia

2013 Os Arquivos ao serviço da Reabilitação Urbana. [Em linha]. In ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, Faro, 2013 – *Instituições, arquivos e sistemas de informação na era pós-custodial*. Faro: Universidade do Algarve, 2013. [Consult. 10 out. 2013].

Disponível em:

http://eiarquivos2013.weebly.com/uploads/1/6/7/0/16700556/os_arquivos_ao_servico_da_reabilitacao_urbana.pdf

Ana Margarida Dias da Silva | margaridadiasdasilva@gmail.com

Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, área de Especialização em Arquivística – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa